

UMA INTERPRETAÇÃO DO PROCESSO DE AJUSTE NA AMÉRICA LATINA A PARTIR DA TEORIA DE SISTEMAS-MUNDO

Paulo Daniel e Silva ¹

RESUMO

Este artigo apresenta uma abordagem sintética sobre a teoria de sistemas-mundo e/ou economias-mundo preconizadas por Fernand Braudel e Immanuel Wallerstein, sobre a evolução das nações e a formação de metrópoles e colônias, centro e periferia.

A América Latina é um importante conglomerado do sistema-mundo, Neste sentido, pode-se examinar as características desse sistema, compreendendo seus sistemas geopolíticos, imperialismos, dependências, trocas desiguais, lutas por liberação nacional. As contribuições de Braudel e Wallerstein são fundamentais para o mapeamento das novas características da economia e política mundiais.

Palavras-chave: Sistema Mundo, América Latina, ajuste econômico.

O Sistema Mundo

“A difundida crença de que as reformas voltadas para a abertura das economias e a liberação dos mercados produzirá uma dramática aceleração no crescimento dos países em desenvolvimento representa um salto no escuro e um ato de fé.”

Paul Krugman

Uma das interpretações importantes e coerentes sobre a história moderna e contemporânea pode ser vista como uma história de sistemas coloniais, sistemas imperialistas, geoeconomias e geopolíticas. Cenário da formação e expansão dos

¹Mestre em Economia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Professor de economia do Unianchieta. Atualmente é colunista da revista Carta Capital.

mercados, da industrialização, da urbanização e da ocidentalização, envolvendo nações e nacionalidades, culturas e civilizações.

É claro que a história moderna e contemporânea está pontilhada de países, sociedades nacionais, Estados-nações, mais ou menos desenvolvidos articulados, institucionalizados. E esta tem sido uma constante nas ciências sociais: a história moderna e contemporânea tem se tornado uma história de sociedades nacionais, ou Estados-nações. Sem deixar de contemplar a sociedade nacional, em suas mais diversas configurações, muitos empenham-se em desvendar as relações, os processos e as estruturas que transcendem o Estado-nação, desde os subalternos aos dominantes. Empenham-se em desvendar os nexos políticos, econômicos, geoeconômicos, geopolíticos, culturais, religiosos, lingüísticos, étnicos, raciais e todos que articulam e tensionam as sociedades nacionais, em âmbito internacional, regional, multinacional ou mundial.

A idéia de “economias-mundo” emerge nesse horizonte, diante dos desafios das atividades, produções e transações que ocorrem tanto entre as nações como sobre elas, e além dessas, mas sempre envolvendo-as em configurações mais abrangentes. Quando o pesquisador combina o olhar do historiador com o do geógrafo, logo revelam-se configurações e movimentos da realidade social que transcendem o feudo, a província e a nação.

O conceito de “economia mundo” está presente em estudos de Braudel e Wallerstein, precisamente pesquisadores que combinam muito bem o olhar dos historiador com o do geógrafo. É verdade que Wallerstein prefere a noção de “sistema mundo”, ao passo que Braudel a de “economia-mundo”, mas ambos mapeiam a história com base na primazia do econômico, na idéia que a história se constitui em um conjunto, ou sucessão, de sistemas econômicos mundiais. Mundiais no sentido de que transcendem a localidade e a província, o feudo e a cidade, a nação e a nacionalidade, criando e recriando fronteiras, assim como fragmentando-as e dissolvendo-as.

Neste sentido, é preciso salientar que a economia política dos sistemas - mundo, surgiu em 1981 como uma seção da Associação Americana de Sociologia, por iniciativa dos pesquisadores interessados em institucionalizar o campo de pesquisa aberto por Immanuel Wallerstein em 1974, com o lançamento do 1º.

volume de “O Moderno Sistema Mundial”. Grosso modo, pode-se dizer que a EPSM estuda o surgimento, desenvolvimento e desintegração de sistemas sociais históricos, pesquisados através do método comparativo, objetivando chegar a

generalizações sobre interdependências entre os componentes do sistema e a princípios de variação entre condições sistêmicas em diferentes espaços e tempos. Sistemas sociais históricos são conjuntos de estruturas ou entidades, simultaneamente sistêmicos e históricos, cuja coexistência e sucessão representam o próprio conteúdo do mundo social (WALLERSTEIN, 1990, p.21).

Esses sistemas são vistos na abordagem em foco como a “unidade de análise” mais adequada para o estudo da vida social e ocupam, dessa forma, o lugar analítico tradicionalmente preenchido pela “sociedade” e pelo “Estado” no papel de entidades em que a vida social se desenrola (Wallerstein, 1990, p.73).

Tais conjuntos de estruturas abarcam, além de processos econômicos, processos igualmente políticos e culturais, e apresentam-se relativamente autônomos, no sentido de que sua continuidade é garantida pelos acontecimentos que têm lugar no seu próprio interior. Este atributo implica ser a dinâmica dos sistemas históricos largamente interna, significa a possibilidade de uma existência em boa medida auto-centrada. Wallerstein (1990, p.74) diz que “a característica definidora de um sistema social é a existência dentro dele de uma divisão do trabalho, de tal maneira que os vários setores ou áreas dependem das trocas para o atendimento regular e contínuo das necessidades da área”. O adjetivo “sistêmico” remete, assim, à rede de processos econômicos, políticos e culturais que figuram na base de coesão dos sistemas históricos. O qualitativo “histórico”, por seu turno, traduz o entendimento de que esses sistemas são delimitados temporalmente, isto é, tem início e fim. De todo modo, seus ciclos de vida via de regra ostentam uma “longa duração”, no sentido em que Braudel (1986, p.83) utiliza essa expressão, que se refere ao tempo histórico, por excelência das estruturas sociais.

Os sistemas sociais podem ser mini-sistemas, por sua modesta abrangência geográfica e duração, ou sistemas-mundo, por sua maior magnitude espacial e

temporal, cuja única divisão do trabalho contém múltiplos sistemas culturais. Os sistemas-mundo, de acordo com sua configuração política, são classificados em impérios-mundo (quando em todo o espaço coberto pela divisão do trabalho existe uma única estrutura política) e economias-mundo (com uma superestrutura política fragmentada em diversas unidades). As economias-mundo foram definidas por Braudel (1986, p.84) como “um pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz, no essencial, de bastar-se a si próprio, e ao qual suas ligações e trocas internas conferem certa unidade orgânica”.

Os impactos do Sistema Mundial na América Latina

A América Latina é um importante conglomerado do sistema-mundo, o seu grande tamanho e população, e sua força como periferia, ou território em desenvolvimento, implicam que, o que aconteça nessa região tenha muita repercussão tanto em termos de geopolítica como da estrutura do sistema-mundo. Neste sentido, pode-se examinar as características desse sistema, compreendendo seus sistemas geopolíticos, imperialismos, dependências, trocas desiguais, lutas por liberação nacional. As contribuições de Braudel e Wallerstein dentro outros, como Samir Amim, Giovanni Arrighi e André Gunder Frank, são fundamentais para o mapeamento das novas características da economia e política mundiais. Reconhecem que as transacionais desenvolvem-se além das fronteiras geográficas e políticas, independentemente dos regimes políticos e das culturas nacionais. Reconhecem que elas criam novos desafios a governos, a grupos sociais, a classes sociais, a coletividades, a povos, a nações e a nacionalidades, impregnando seus movimentos sociais, partidos políticos, correntes de opinião pública e meios de comunicação. Inclusive reconhecem que as novas características do capitalismo mundial, como economias-mundo ou sistemas mundo, suscitam problemas teóricos novos ainda não equacionados, aguardando conceitos e interpretações.

Com base nisso, pode-se analisar e relatar o processo de ajuste na América Latina e sua influência tanto para os Estados-Nações quanto o sistema mundial latino-americano.

A entrada dos países latino-americanos no processo de ajuste e das reformas é variável no tempo. O Chile, país onde ocorreu a mais radical ruptura político-institucional do continente, inicia o ajuste nos anos 70. Diversos países iniciam seus processos de ajuste nos anos 80, com reformas parciais como a financeira e a renegociação das dívidas. Mas é a partir do final dos 80 e, sobretudo, o início dos 90 que a maioria dos países latino-americanos avançam nas reformas. O primeiro grande país da região a sentir o golpe da política de Paul Volcker foi o México, gerando impactos em todos os outros países da região, já que minguaram os fluxos de capitais para a América Latina, a exceção do Chile e da Colômbia. Segundo Medeiros (1997, p.285), tal política deu o “pontapé” inicial do processo de “retomada da hegemonia norte-americana”, gerando, inclusive, o crescimento e a consolidação do padrão dólar flexível que alteraria profundamente o padrão de desenvolvimento dos países centrais e periféricos. Esse regime macroeconômico mostrou-se de crescimento moderado nos Estados Unidos e de muito baixo crescimento nos demais países avançados, com taxas de inflação bastante reduzidas e com grande piora nos termos de troca das *commodities* em geral (inclusive petróleo). Por essas razões, a valorização do dólar em 1979, como um típico ato de força, acabou por repercutir sobre os diversos espaços nacionais, inclusive levando toda a economia mundial a uma profunda recessão entre 1981 e 1984.

A partir daí, a região adentra numa fase denominada de “década perdida”, na qual os grandes países, como a Argentina, o Brasil e o México, em diferentes momentos da década, enfrentam crises internas agudas cujas características recorrentes principais foram a recessão e a inflação galopante.

Essas crises serviram como legitimação para a ascensão do modelo de desenvolvimento liberal na década de 1990, dos anos 1980, não conseguiram compatibilizar o ajustamento do balanço de pagamentos e o reordenamento das finanças públicas. Assim, o conflito distributivo na América Latina, que foi modelado pelo regime inflacionário à época, significou a primeira etapa da maior renúncia da

soberania monetária dos seus Estados, já que este delegaram, em grande parte ao FMI e ao Banco Mundial suas estratégias econômicas que, num segundo momento, voltaram-se completamente à acumulação com os títulos da dívida e à legitimação do ideário neoliberal.

Como as economias em desenvolvimento são marcadas pela instabilidade econômica interna e externa, sucedem-se as políticas governamentais ditas de ajustamento, ora voltadas para a estabilização dos preços dentro da economia, ora dirigidas ao reequilíbrio das transações internacionais, mas invariavelmente modeladas e impostas pelo Fundo Monetário Internacional; e às quais os países se submetem supostamente pela necessidade de garantir o financiamento externo diante da influência que a posição das instituições financeiras internacionais exerce sobre o fluxo internacional de capitais como um todo, pois os chamados “agentes” que atuam no mercado – bancos, gestores de fundos etc. – provocam instabilidade financeira interna, nos países devedores, sempre que estes pretendam introduzir qualquer ação reguladora. O que significa simplesmente que os países com endividamento crescente perdem a capacidade política de tomar decisões econômicas financeiras internas, ficando pela vontade de uma mão invisível do mercado. E como tais medidas, essencialmente conflitivas, normalmente são introduzidas em um quadro de dificuldades econômicas, políticas e sociais, estas tendem a tornar-se ainda mais agudas.

Os ajustes macroeconômicos impostos pelo FMI/BIRD durante a década de 1980 tinham como pressuposto teórico o excesso de demanda (importações, investimentos e consumo privados e gastos públicos). Assim, reduzia-se por meio de elevação de alguns impostos, do corte drástico no gasto público, da elevação da taxa de juros, do corte de crédito, da restrição monetária e do “inevitável” arrocho salarial (público e privado).

É fato que, normalmente os problemas tem derivado de causas externas, embora às vezes tenha como origem remota decisões tomadas internamente.

De acordo com Tavares e Fiori (1993, p.95), as mudanças provocadas pelo ajuste global das economias deixaram marcas profundas na ordem econômica internacional, centradas na reestruturação industrial e na intermediação financeira.

Está claro, no entanto, que os grandes motores industriais do crescimento e a internacionalização financeira são operados por um conjunto relativamente reduzido de grandes empresas e grandes bancos que foram se transnacionalizando com apoio em dois Estados nacionais centrais – Japão e Alemanha – numa, resposta tardia, mas eficaz à transnacionalização norte-americana. Estes dois novos centros do poder econômico produziram desenvolvimentos regionais importantes, além de um desafio global aos EUA. O desdobramento desse novo quadro internacional deixou de fora dos benefícios do progresso técnico vastas áreas geográficas e populacionais, e piorou os padrões de equidade social herdados do padrão de desenvolvimento do pós-guerra. Vale dizer, diminuiu o Clube dos ricos e aumentaram as distâncias Norte-Sul.

A partir do fim da década de 1980, com a imposição de políticas econômicas liberalizantes, com abertura comercial e desregulamentação dos fluxos de capitais internacionais, assentou-se em duas questões centrais: a financeira e produtiva.

Conforme Cano (2000, p.83), a crise financeira internacional, que explicitou a supremacia do capital financeiro sobre as outras formas de capital, impôs a quebra de nossa soberania nacional, liberando seu movimento de busca incessante de valorização; no que diz respeito a reestruturação produtiva das Empresas Transnacionais (ET) em suas bases localizadas nos países desenvolvidos, o que também teria exigido, na década de 1990, que se reestruturassem aquelas localizadas nos subdesenvolvidos. Destas questões derivaram as reformas institucionais liberais impostas a nossos países.

Estas reformas foram complementadas por políticas de estabilização que tiveram como lastro uma elevada valorização da moeda nacional² ante o dólar e um crescimento da dívida pública interna, estimulada por elevados juros reais. Câmbio e abertura resultaram em forte aumento de importados e debilitamento das exportações, gerando grandes déficits, além de terem exercido um papel crucial nas políticas inflacionárias.

De acordo com Cano (2000, p.85), para o conjunto dos 20 principais países capitalistas latino-americanos, o déficit acumulado em transações correntes, entre

² A valorização no caso do Brasil, foi cerca de 40%, entre 1989 e 1994, e na Argentina, de 58% entre 1989 e 1991.

1989 e 2001, consumiu US\$ 550 bilhões (cerca de 2,9% do PIB acumulado no período), enquanto a dívida externa saltava de US\$ 453 bilhões de dólares para US\$ 787 bilhões; as exportações cresceram 164%, mas as importações aumentaram 240%. No Brasil, no mesmo período, o PIB cresceu 26,4%, as importações cresceram 203%, mas as exportações apenas 69%. O câmbio barato e desregulamentado ampliou também os gastos com turismo, compras de imóveis no exterior e crescentes remessas não controladas, muitas de escusa procedência. Adicional a esse processo de reformas, pode-se destacar que para todos os países latino-americanos reside no fato de que o processo de urbanização acelerada não foi acompanhado por uma organização social e educacional compatível com os novos requisitos em capacitação técnica, profissional e intelectual.

É importante desenvolver o conjunto das políticas de estabilização e das reformas implantadas, pois constitui-se em seu todo uma engrenagem fundamental para permitir a funcionalidade do modelo neoliberal implantado na América Latina, que são os seguintes:

a) Ampla liberdade ao capital financeiro (estrangeiro ou nacional): Com o objetivo de se apropriar, nos diferentes países, de elevados ganhos possibilitados pela sua alocação setorial e regional, pela especulação e pela liberdade de remessa de lucros e juros;

b) Necessidade de reformas dos sistemas financeiros nacionais, com o objetivo de compatibilizar a velocidade exigida pelos novos fluxos externos;

c) Abertura comercial e de serviços, por via de forte rebaixamento tarifário e não tarifário e valorização cambial

d) flexibilização das relações trabalho e capital, para diminuir ainda mais o já baixo custo do trabalho;

e) Reformas dos sistemas previdenciários, objetivando criar mais um importante flanco de mercado para o capital financeiro e abrir um espaço maior no orçamento público;

f) Reforma do Estado via eliminação de órgãos públicos, redução dos salários reais e dispensa de funcionários, privatização de ativos públicos, desmantelamento dos sistemas de planejamento e de regulamentação;

Neste sentido, é importante ressaltar que o modelo imposto desde o final da década de 1980 à América Latina resultou numa considerável piora de nossas condições econômicas, políticas e sociais, já deterioradas na década anterior.

Além desses elementos, o início dos anos 90 também foi marcado por políticas macroeconômicas expansionistas (redução das taxas de juros) dos países centrais, sobre tudo os Estados Unidos e o Japão, que buscavam sair da recessão econômica. Essas políticas, em associação com a dinâmica financeira, ancorada na securitização das dívidas públicas e nas inovações financeiras (derivativos, mercados futuros etc.), provocaram uma grande elevação da liquidez internacional. Parte desta direcionou-se aos países da América Latina³, em grande medida, devido às aberturas comercial e financeira, à reestruturação das dívidas externas, por meio do Plano Brady, e, sobretudo, aos diferenciais das taxas de juros dos países da região em relação às taxas de juros internacionais. A nova realidade de maior liquidez potencializou a integração da América Latina como espaço de reprodução da acumulação financeira, por um lado, e como espaço de realização das mercadorias do setor manufatureiro norte-americano, por outro, haja vista o ajuste importador⁴ verificado na região durante os anos 90 (Medeiros, 1997, p.293).

A partir desse contexto, o Estado norte-americano, articulado com seus segmentos financeiros dominantes, ampliou sua capacidade autônoma para determinar políticas internas e externas e estabelecer, através da coerção, a dominação sobre estados nacionais da região. Desse modo, a grande maioria dos governos latino-americanos, entre o final dos anos 80 e início dos 90, aderiu, com diferentes graus de intensidade, aos ajustes estruturais que consistiam, por um lado, em planos de estabilização econômica, por meio da valorização cambial, e, por outro, em reformas institucionais voltadas, principalmente, à liberalização econômica, à estabilização do direito de propriedade e à flexibilização do mercado

³ A partir de 1990, o continente (média entre Colômbia, Chile, Peru, Argentina, México e Brasil) se inseriu no mercado internacional como receptor de investimentos de portfólio e o saldo da conta de capitais foi de 1,4% do PIB (UNCTAD, apud Medeiros, 1997, p.293). Dessa forma, o crédito interno entre 1988 e 1993, aumentou de 22% par 30% do PIB, enquanto o índice dos preços dos valores negociados em bolsa incrementou-se mais de três vezes e meia.

⁴ Ajuste este que nasceu, em certa medida, fruto da estratégia comercial norte-americana de abertura de mercados na região para os seus diversos tipos de produtos manufatureiros, haja vista, a desvalorização do dólar em relação às moedas locais, com a implementação dos planos de estabilização macroeconômica e a redução das barreiras tarifárias dos países latino-americanos.

de trabalho. Assumiu-se, portanto, a retórica de que o excessivo intervencionismo estatal era o principal empecilho para que os países latinos prosperassem.

Em síntese, a América Latina, ao longo dos anos 1990, integrou-se passivamente aos circuitos de produção do capital por meio dos ajustes estruturais liberais, “acreditando” que este seria o único caminho para a “modernização” da região. A prosperidade não chegou; pelo contrário, o que se verificou foi uma ampliação da dependência e da subordinação latino-americana às potências centrais capitalistas, gerando, com isso, a ampliação do legado histórico de concentração de riquezas e das mazelas sociais do capitalismo dependente regional.

Conclusão

Ao longo deste trabalho, procurou-se relatar sinteticamente a importância da teoria histórica dos sistemas mundo e/ou economias mundo, tentando demonstrar, grosso modo, o horizonte aberto pela globalização em curso desde o século XX abrindo possibilidades novas e desconhecidas sobre as formações sociais passadas, próximas e distantes, recentes e remotas.

Nas últimas décadas a América Latina passou por transformações que alteraram profundamente as relações entre Estado, Classes e a Economia. Estas transformações constituem um intenso processo de modernização capitalista que aprofundou a dependência latino-americana, característica essencial dos países da região. Portanto, na América Latina, a visão pouco clara das relações sociais torna-se ainda mais acentuada devido a quebra financeira e política do Estado desenvolvimentista. A extrema fragilidade das instituições democráticas e a falta de coesão social não permitem enxergar os novos agentes sociais da transformação, além do que, as elites latino-americanas permanecem emaranhadas no espontaneísmo das forças de mercado e sem projeto para o futuro.

Enquanto que nos anos 90, a América Latina, em grande parte, integrou-se de forma passiva aos movimentos do sistema mundial, a partir de 2002 poderia ou pode-se estar constituindo um novo eixo de desafios e oportunidades, deixando um pouco de lado o modelo liberal. Isso está sendo possível a partir de dois elementos

que se articulam o primeiro o crescimento acelerado da economia mundial a partir do novo sistema geo-econômico (China/Índia e EUA), que possibilitou a redução das restrições externas no balanço de pagamentos da região e, segundo, os movimentos contrários ao modelo liberal no interior do bloco no poder de cada país.

Pode ser afirmado, portanto, que foram criadas condições para que as “janelas de oportunidades” se inscrevam em uma trajetória de ruptura mais efetiva com padrões de acumulação assentados em estruturas regressivas e de aprofundamento da exploração e da subordinação da autonomia nacional.

Não resta dúvida, essas oportunidades abertas acontecem dentro de uma totalidade fortemente complexa e contraditória, na qual, a América Latina, como uma de suas partes componentes, teria que reunir algumas premissas fundamentais que a colocassem num plano de relativa independência no interior do sistema mundo produzido pelas transformações do capitalismo nas últimas décadas no século XX e nos primeiros anos do século XXI.

Referências Bibliográficas

- BRAUDEL, F. **A dinâmica do capitalismo**. 2ª. edição, Lisboa, Teorema, 1986.
- CEPAL **Balance preliminar de las economias de America Latina y el Caribe** Cepal, 2006.
- CANO, W. **Soberania e política econômica na América Latina**. São Paulo: Unesp/Unicamp, 2000.
- CANO, W. América Latina: A necessária integração. **Revista Economia e Sociedade**, v.12, Campinas, São Paulo, Unicamp, 2003.
- CHESNAIS, F., DUMÉNIL, G., LÉVY, D., WALLERSTEIN, I. Uma nova fase do capitalismo? (**Seminário marxista: Questões contemporâneas**). São Paulo, SP, Xamã, 2003.
- DOWBOR, L., IANNI, O., RESENDE, P.E.A. (Orgs.) **Desafios da globalização**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.
- FIORI, J. L. **Os moedeiros falsos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- FIORI, J. L. **Sistema Mundial e América Latina: mudanças e perspectivas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. Mimeo
- FRANK, A.G. **Reflexões sobre a crise econômica mundial**. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

MEDEIROS, C. **Globalização e a inserção internacional diferenciada da Ásia e da América Latina.** In TAVARES, M. C., FIORI, J. L. (Orgs.) **Poder e Dinheiro: Uma economia política da globalização.** Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.

TAVARES, M. C., FIORI, J. L. **Desajuste global e modernização conservadora.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

TAVARES, M. C. **A retomada da hegemonia norte americana.** In TAVARES, M. C., FIORI, J. L. (Orgs.) **Poder e Dinheiro: Uma economia política da globalização.** Petrópolis, RJ, Vozes, 1997.

OLIVEIRA, F. **Os direitos do antivalor: A economia política da hegemonia imperfeita.** Petrópolis, RJ, Vozes, 1998.

WALLERSTEIN, I. **O capitalismo histórico.** São Paulo, SP, Brasiliense, 1985.

WALLERSTEIN, I. **O sistema mundial moderno.** Porto, Afrontamento, 1990.

WALLERSTEIN, I. **Após o liberalismo: Em busca de reestruturação do mundo.** Petrópolis, RJ, Vozes, 2002.